

Ferramentas Digitais para questões gerenciais

A pandemia causada pelo Coronavírus transformou a forma de vida e de trabalho das pessoas e das organizações, quando as ações, atendimentos ao público e execução de projetos e atividades, até então realizados tradicionalmente de forma presencial, obrigatoriamente passaram a ser realizados em ambiente virtual, ou, na melhor das hipóteses, de forma híbrida.

A transformação digital foi necessária por questões sanitárias, mas as iniciativas e processos executados como auxílio da tecnologia há muito tempo se faz presente no mundo empresarial, e portanto, não podem ser desprezadas pelas entidades sem fins lucrativos.

O fato de não terem atividades econômicas como objetivo principal, de usufruírem de benefícios fiscais (imunidade ou isenção) que lhes permitem não pagar a maioria dos tributos incidentes sobre as pessoas jurídicas, e de serem reconhecidas como instituições filantrópicas, beneficentes ou sociais, não afasta a necessidade e a recomendação de utilizarem ferramentas digitais para aperfeiçoar a sua gestão institucional.

O lado positivo é que essa evolução digital vem ocorrendo em um número cada vez maior de Organizações da Sociedade Civil – OSCs, quando seus gestores passam a identificar as inúmeras mudanças positivas que as ferramentas digitais trazem aos processos, e principalmente os resultados alcançados com sua implementação.

Para tanto, é necessário compreender que a utilização de ferramentas digitais não se configura em despesas ou em perda de tempo, ou ainda que é algo exclusivo do mundo empresarial lucrativo. Pelo contrário, se trata de investimento que consiste no uso de tecnologias com o objetivo de otimizar processos internos e melhorar o desempenho geral de qualquer organização, inclusive as sem fins lucrativos.

As ferramentas de transformação digital chegaram com força total, e para ficar! Podem ser utilizadas de forma individual, porém conseguem melhor resultado quando aplicadas em conjunto, melhorando processos de gestão, gerando informações e relatórios mais rápidos e confiáveis, contribuindo com a transparência institucional, e principalmente agilizando a tomada de decisões e gerando bons resultados com relação à performance financeira e social.

A abordagem sobre ferramentas digitais não se restringe ao uso de plataformas e dispositivos relacionados à comunicação com o público externo, como sites de internet bem estruturados e redes sociais que, quando alimentadas com informações institucionais de forma dinâmica e atualizada, sem dúvidas contribuem com a captação de recursos através da atração e fidelização de doadores, patrocinadores e parceiros, e com a transparência mediante a divulgação das ações realizadas.

O que precisa ser incorporado nas OSCs é a compreensão de que tais ferramentas são também fundamentais para o cumprimento de exigências legais, e principalmente para a dinamização da gestão, auxiliando os dirigentes e equipe técnica na condução de suas atividades, identificando gargalos que dificultam o desenvolvimento dos processos, e potencializando a capacidade de a instituição exercer sua principal missão: gerar impactos sociais.

Portanto, ferramentas digitais como as que permitem a gestão documental (contratos, processos de contratação e compras, recrutamento e seleção, folhas de pagamentos) são essenciais especialmente para as instituições de executam projetos celebrados com

entres públicos ou entidades privadas, e precisam apresentar prestações de contas de forma organizada e tempestiva.

Com as atuais alterações na legislação, as assembleias gerais e reuniões de órgãos deliberativos podem ocorrer de forma virtual através de vídeo conferência, com a assinatura das atas via certificados digitais ou instrumentos similares, permitindo que decisões e votações ocorram com participantes localizados em diversos locais do país, ou do mundo. Esta é, sem dúvidas, umas das ferramentas digitais que mais tem contribuído para dinamizar os processos de decisão das associações e fundações, principalmente aquelas de maior porte que tinham dificuldades em reunir a significativa quantidade de associados ou conselheiros para discutir e aprovar pautas das mais simples às mais complexas.

No que diz respeito ao cumprimento legal, as OSCs que mantém relacionamento com a administração pública são obrigadas a divulgar nos seus sites institucionais o estatuto social, a ata de eleição e dados dos dirigentes, e informações sobre as parcerias celebradas (órgão público parceiro, instrumento jurídico, situação e relatórios das prestações de contas).

Com relação à transparência, é importante a divulgação também das demonstrações contábeis, as quais precisam ser elaboradas conforme as regras constantes nas normas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, dos projetos, atividades e ações realizadas, tudo isso sem deixar de respeitar as restrições sobre as informações disponibilizadas trazidas pela recente Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Evidente que não poderíamos finalizar este artigo sem falar sobre os softwares de gestão denominados ERP (Enterprise Resource Planning, ou Planejamento dos Recursos Empresariais), que figuram como protagonistas da transformação de digital. Esses sistemas permitem a integração entre diversos setores/departamentos dentro da instituição (administrativo, compras, recursos humanos, financeiro, tributário, patrimonial, contábil, gestão de projetos, dentre outros), armazenando e produzindo informações de forma segura, ágil e organizada, possibilitando uma gestão centralizada, eficiente e eficaz.

No entanto, a utilização de ERPs é ainda uma realidade distante em muitas entidades, que não possuem processos definidos, e muito menos fluído de forma digital. Estas continuam realizando sua gestão mediante o manuseio de papéis, muitas vezes tendo sua contabilidade externa (terceirizada) e sem qualquer integração ou comunicação com as ações sociais realizadas, recebendo dados e documentos de forma atrasada, gerando informações meramente financeiras, de forma intempestiva, deixando de cumprir a maior função gerencial contábil que é a geração de informações (seguras e tempestivas) para a tomada de decisões.

Conforme vimos, a transformação digital é a mola propulsora entre o presente e o futuro. Portanto, quanto mais preparada estiver a instituição em termos de ferramentas digitais, maiores serão suas chances de otimizar seus processos internos, de estar em conformidade com as exigências legais, de ampliar suas fontes de captação de recursos com a conquista de uma fatia maior de apoiadores e financiadores de projetos, e de demonstrar mais transparência nas suas ações e nas suas finanças.

O grau de exigência atual para a gestão das entidades sem fins lucrativos não permite mais que dirigentes, colaboradores e voluntários atuem de forma amadora, apenas vinculados a uma causa social. É necessário, portanto, uma gestão profissional, que gere resultados econômicos, financeiros e sociais, pautados em processos bem delineados, que podem e devem contar com o apoio e aplicação das ferramentas digitais.